

REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: O CONSÓRCIO BDJur¹

TERESA BASEVI

Coordenadora de Biblioteca Digital
Biblioteca Ministro Oscar Saraiva
Superior Tribunal de Justiça
Brasília/DF - Brasil
basevi@stj.gov.br
consorciobdjur@stj.gov.br

Resumo

Este artigo descreve o processo de implantação do Consórcio BDJur e de criação de Repositórios Institucionais no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. O objetivo do projeto é o estabelecimento de uma federação de bibliotecas digitais jurídicas, integrando o Judiciário nacional e criando um instrumento que ofereça à sociedade a informação jurídica gratuita e rápida, em texto integral. Trata-se de uma contribuição ao Livre Acesso ao Conhecimento Jurídico, levando o Superior Tribunal de Justiça a ser pioneiro no mundo neste tipo de projeto no âmbito do poder público. As fases para o desenvolvimento do projeto estão descritas neste trabalho, assim como as razões que levaram à criação do Consórcio e os benefícios almejados.

Palavras-chaves

Biblioteca Digital; Repositório Institucional; Federação; DSpace; Acesso Livre ao Conhecimento.

1. Introdução

A inovação tecnológica no novo milênio traz profundas mudanças em favor da difusão mundial do conhecimento e da informação. A mídia impressa sempre foi o principal veículo de registro e disseminação de informações. As bibliotecas surgiram como um instrumento capaz de reunir informações produzidas e oferecê-las ao público em geral. Entretanto, neste contexto inicial, sempre foi exigido que seus usuários se deslocassem fisicamente até o local para poderem acessar as informações desejadas.

A vertiginosa transformação que vem ocorrendo, nas últimas décadas, nas áreas relativas à Tecnologia da Informação, aliada aos fenômenos da convergência digital, que unem informática, telecomunicação, tecnologias de rede de computadores, assim como o uso em alto

¹ Trabalho apresentado ao XVI Endocom – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação.

grau de padrões de intercâmbio, deram margem ao surgimento de um novo patamar para os sistemas de informação, permitindo o armazenamento e recuperação de documentos digitais (texto completo, imagem, som, vídeo), em contraste com o padrão anterior que era tipicamente baseado em armazenamento e recuperação de referências bibliográficas.

Esta é a grande revolução que está ocorrendo nas bibliotecas. A explosão da Internet como fonte de informação, assim como a utilização de ferramentas livres de código aberto para implantação de modelos de registro e divulgação da informação, tem sido amplamente difundida nas bibliotecas no mundo. Em decorrência, a sociedade tem a seu dispor uma variedade de opções para selecionar e escolher fontes digitais de informação nos diversos ramos do Conhecimento.

Segundo Rida BENJELLOUN, há uma revolução na informação causada pelo uso de ferramentas que permitem estruturar repositórios temáticos e institucionais, possibilitando a organização e a difusão do conhecimento e da produção oriunda de diversos órgãos e instituições de pesquisa, tornando este conhecimento acessível.

No caso específico do Judiciário brasileiro, há que se destacar sua peculiaridade. É um Poder que se espalha por todo o território, dificultando o contato entre os órgãos, que acabam por centralizarem sua produção nos limites de sua jurisdição.

Outro fato importante, também, é que, no Brasil, a área jurídica, assim como os profissionais que nela atuam, são, normalmente, resistentes e conservadores em relação às inovações tecnológicas. A produção administrativa e intelectual nesta área é essencialmente divulgada em papel, nas revistas e livros especializados.

O acesso à Justiça é propiciar à pessoa não somente o chegar aos Tribunais para fazer valer seus direitos, mas instruí-la no sentido de que, pelo mero fato de integrar a natureza humana, já é titular de direitos e detentora de dignidade. De uma sociedade instruída e estimulada, o Direito pode ser aprimorado, a Justiça pode ser materializada, contribuindo, assim, para a pacificação das relações sociais.

A cooperação da mídia, dos meios de comunicação e do uso das tecnologias de informação, como a Internet, podem incentivar, através de serviços de integração da justiça e da sociedade, o conhecimento sobre novas leis e direito, como por exemplo, palestras e artigos

de magistrados, juristas e professores sobre diversos assuntos para a educação dos direitos da cidadania. Este serviço prestado pode ser transformado em canal eficaz para auxiliar a população a conhecer seus direitos de cidadania e influenciar na mudança de mentalidade para a busca do acesso à Justiça e da credibilidade do Judiciário.

Buscando modificar este panorama, o Superior Tribunal de Justiça propõe o Consórcio BDJur, como forma de colaborar com a visibilidade e o acesso à informação jurídica.

2. O Consórcio BDJur

A criação do Consórcio BDJur está baseada em um projeto elaborado pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do Superior Tribunal de Justiça. O Presidente do Tribunal, Ministro Edson Vidigal, aprovou o projeto como estratégico através do Ato nº 278, de 22/09/2004, a ser implementado pela Corte no contexto do Programa de Modernização do Sistema Judiciário.

O projeto trata da criação de uma rede de bibliotecas digitais, integrando os órgãos do Poder Judiciário e possibilitando a integração das informações contidas nos repositórios digitais através de uma interface única.

Os objetivos principais do Consórcio BDJur são:

- Criar e integrar os repositórios digitais, nacionais e estrangeiros, na área do Direito;
- Implantar e incentivar o Livre Acesso ao Conhecimento Jurídico no Poder Judiciário brasileiro;
- Contribuir para a disseminação e o acesso eletrônico dos documentos jurídicos;
- Aprimorar e democratizar o acesso à informação jurídica;
- Tornar público o acesso aos documentos integrados no Consórcio;

- Aumentar o conteúdo de documentos jurídicos brasileiros disponíveis na Internet.

3. Repositório Institucional

Atualmente, é grande o número de documentos produzidos internamente pelo Poder Judiciário. Não apenas em relação às milhares de decisões judiciais emanadas todos os dias dos órgãos judicantes, mas também os documentos administrativos produzidos pelas unidades administrativas dos Tribunais, e mesmo a produção intelectual dos Magistrados.

Contudo, todo esse conhecimento fica, quase sempre, adstrito ao público interno do respectivo órgão, ou às vezes, limitado a um arquivo de computador. As inovações tecnológicas devem ser utilizadas para proporcionar a divulgação e o acesso à informação. Essa filosofia deve ser apoiada e cultivada nos órgãos públicos, pois abre suas portas para que a sociedade compartilhe de sua missão.

Uma solução moderna para este problema é a construção de repositórios de publicação acessados sem custos. Estes repositórios, construídos dentro da filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos, incentivam a publicação na Rede totalmente gerenciada pelo pesquisador (auto-arquivamento), utilizam tecnologia aberta e podem ser acessados por diversos provedores de serviços disponíveis em nível nacional e internacional.

Esta revolução na publicação e na divulgação do conhecimento iniciou-se com a constituição dos repositórios temáticos. Depois, a idéia evoluiu para o agrupamento destes repositórios sob a responsabilidade de uma instituição maior, constituindo o Repositório Institucional.

Assim, segundo CAFÉ, um repositório institucional é a reunião de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização. No caso de um Tribunal, cada Secretaria trata de uma área administrativa e, portanto, seu repositório temático será específico na sua competência. A união de todos os repositórios das diversas unidades administrativas comporá o Repositório Institucional daquele tribunal.

A observação das experiências e do desenvolvimento de sistema para implantação de repositório institucional ou temático indica a opção pela plataforma do software livre de fonte aberto. O desenvolvimento e a customização destas ferramentas conduzem a resultados interessantes para as bibliotecas, com um mínimo de investimento. A escolha do programa requer do bibliotecário responsável, procedimentos de análise e seleção normalmente seguidos para automação de biblioteca, logicamente, com algumas alterações. É importante considerar, na escolha, a cultura organizacional e o perfil do usuário.

Um repositório institucional agrega um conjunto avançado de serviços relativos a organização, tratamento, acesso e disseminação do conteúdo digital produzido por uma instituição e sua comunidade. Dentre estes serviços, inclui-se principalmente o de preservação digital, uma vez que o gerenciamento da migração do conteúdo digital de uma tecnologia em vias de ser desativada para um sistema de ponta deve ocupar um espaço primordial nas preocupações das organizações que detêm repositórios institucionais.

Sua função principal é, portanto, preservar e disponibilizar a produção intelectual da instituição representando-a, documentando-a e compartilhando-a em formato digital. Para tanto, é fundamental a participação de uma equipe multidisciplinar formada de bibliotecários e analistas de sistemas.

É necessário ressaltar a importância do reconhecimento da Instituição e da comunidade, sua participação e apoio. Sem estes requisitos, um repositório, seja ele institucional ou temático, jamais terá um tempo de vida muito longo.

4. Desenvolvimento

4.1. Implantação do Consórcio

A estratégia de implantação do projeto se apoiou em sete grandes etapas:

- 1- Estudos preliminares e avaliação das plataformas Open Source – Nesta primeira etapa, diversos estudos foram realizados para identificar e avaliar os softwares livres disponíveis para a criação de repositórios digitais. Em maio de 2004 foi decidido pela adoção do DSpace para a criação da Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), um software livre

desenvolvido pela Massachusetts Institute of Technology (MIT) em parceria com a Hewlett-Packard (HP).

- 2- Instalação, tradução e customização – Em junho de 2004, a tradução do software foi iniciada. Esta fase foi executada juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações (STI) do Tribunal.
- 3- Estabelecimento das Comunidades – O objetivo do Consórcio BDJur é reunir todas as Bibliotecas Digitais Jurídicas (BDJur) criadas nos órgãos do Poder Judiciário. Assim, cada BDJur representa uma Comunidade, que pode ser dividida em Sub-Comunidades, correspondendo às unidades administrativas de cada órgão. O Repositório Institucional representa, portanto, o órgão do Poder Judiciário que, por sua vez, agrega os repositórios temáticos criados nas unidades administrativas. Esta união irá criar a Biblioteca Digital Jurídica – BDJur do respectivo Tribunal. Em dezembro de 2004, foi criada a Comunidade do STJ e a BDJur local (<http://bdjur.stj.gov.br>) colocada em produção.
- 4- Alimentação dos documentos – Inclusão no sistema de documentos na área do Direito em doutrina, legislação, jurisprudência e outros de interesse às atividades judiciais. Assim, após a criação da BDJur do STJ, iniciamos o processo de alimentação, com o depósito de diversos documentos jurídicos. Em abril de 2006, encontram-se acessíveis 2.100 documentos.

Quanto ao processo de arquivamento, é importante ressaltar que não há, até o momento, o auto-arquivamento na BDJur do STJ. As unidades administrativas, responsáveis pela Sub-Comunidade, são responsáveis por todos os depósitos no sistema, preenchimento dos metadados e validação dos itens.

- 5- Integração dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro – Algumas etapas foram definidas:
 - Apresentação do Consórcio BDJur aos órgãos do Poder Judiciário e assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com os órgãos interessados em integrar o Consórcio;

- Transferência da tecnologia aprimorada pelo Superior Tribunal de Justiça aos órgãos para que eles possam instalar o programa nos seus servidores locais e criar sua própria BDJur;
 - Customização da BDJur local;
 - Alimentação da BDJur local com os documentos de seu interesse;
 - Escolha de um Comitê Gestor, com representantes de alguns dos órgãos consorciados, para o desenvolvimento conjunto de políticas e manuais para a manutenção e o aprimoramento do Consórcio.
 - Uso e alimentação do sistema pelas Comunidades.
- 6- Instalação do Harvester PKP – Para possibilitar a interoperabilidade entre as bibliotecas digitais criadas nos órgãos do Poder Judiciário, coletando os metadados de todos os repositórios, tornando possível uma busca unificada entre eles. O Superior Tribunal de Justiça optou por usar o PKP, Public Knowledge Project Open Archives Metadata Harvester, sistema Open Source, desenvolvido pela Universidade British Columbia em Vancouver, Canadá. Este harvester utiliza o protocolo OAI-PMH, o qual possibilita a comunicação entre os consorciados.
- 7- Abertura ao público – A Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do STJ tornou-se acessível em dezembro 2004.

5. Características do Sistema

Para o desenvolvimento da BDJur, foi utilizado o DSpace. O modelo informacional do sistema é construído em torno da idéia de Comunidades, que representam os órgãos do Poder Judiciário com necessidades distintas de gerenciamento da informação. Cada Comunidade pode adaptar o sistema para melhor atender suas necessidades particulares e gerenciar ela mesma o processo de depósito de documentos.

Uma das principais propriedades do sistema é o processo simplificado de depósito, que permite que cada Comunidade desenvolva o seu procedimento de controle das publicações a serem incluídas no repositório, assim como o acesso aos seus documentos. Isto possibilita prover o acesso aberto a alguns documentos no momento da submissão, enquanto limita o acesso a grupos específicos para outros documentos.

Outras características importantes são:

a) Metadados

O DSpace utiliza o padrão qualificado Dublin Core para descrever os itens. Apenas 3 campos são exigidos: título, língua e data de submissão. Os outros campos são opcionais.

b) Interface com o usuário (UI)

A interface corrente com o usuário é em ambiente web. A interface para o usuário final proporciona a busca através da pesquisa nos metadados. Uma vez o documento localizado no sistema, a pesquisa se completa com o clique no link do documento para download do texto.

c) Workflow

O DSpace é o primeiro repositório digital de Acesso Livre que resolve a complexa questão de como gerenciar o processo de depósito dos diferentes itens que entram no sistema. Nele é possível definir quem pode depositar, qual a política de acesso ao documento, que tipo de documento se pode depositar, quem deve revisar o documento e aprovar o depósito.

d) Aspectos tecnológicos da plataforma

O DSpace propicia a disponibilização livre na Internet das publicações, permitindo a qualquer usuário ler, baixar (download), copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos.

O sistema roda em plataforma UNIX e compreende outros sistemas, também de código aberto. Todo o código-fonte está em linguagem de programação Java. Outras peças tecnológicas adotadas incluem um sistema de gerenciamento de base de dados (PostgreSQL), um servidor web e um servlet Java (Apache e Tomcat), OAICat e outros pacotes. Todos eles são disponíveis gratuitamente.

A equipe do MIT e da HP continuam trabalhando em cima do sistema, em busca de avaliações, aprimoramentos e atualizações, sempre repassando-as ao público através de alterações no código original do sistema.

e) Open Archives Initiative (OAI)

Para completar o objetivo de suportar a interoperabilidade com outros usuários do DSpace, e com outros repositórios digitais, o sistema implementou o Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH) – Protocolo para coleta de metadados da Iniciativa dos Arquivos Abertos.

f) Identificadores Persistentes (Handles)

Um dos objetivos dos repositórios digitais é que seja possível encontrar e recuperar itens depositados a qualquer tempo no futuro. É crucial que citações do material arquivado permaneçam válidas por longos períodos. Para isso, o DSpace resolveu implementar os handles CNRI (Corporation for National Research Initiatives), como identificadores persistentes associados a cada item. O sistema handle que o DSpace adota são as URLs persistentes com redirecionamento HTTP, que permitem que o item se desloque através do tempo, mas não se perca.

g) Preservação Digital

Cada instituição usando o DSpace deve desenvolver a sua própria política de preservação que dependerá de suas políticas de submissão do material.

O sistema do MIT oferece uma preservação funcional. Este nível de preservação se dá quando, apesar do arquivo mudar com o passar do tempo, o material continuar usável da mesma maneira que o era originalmente. Isto é possível através de uma

lista dos formatos “suportados”, relacionados na web e demonstrados no processo de depósito. Os formatos suportados incluem aqueles padrões (v.g. TIFF, AIFF, XML) ou aqueles que têm alguma especificação (PDF, RIFF). As outras 2 categorias de suporte são “conhecidos” e “não suportados”.

Formatos conhecidos são aqueles que são suficientemente comuns para serem familiares e populares, mas que são proprietários e não têm especificações para dar base à preservação funcional. Formatos não suportados são aqueles que são desconhecidos pelas bibliotecas e extremamente raros. A razão de diferenciar “conhecidos” de “não suportados” é que no caso do primeiro, espera-se que programas comerciais de conversão se tornem disponíveis para que esses formatos não se tornem obsoletos. Isso, ocorrendo, passarão para a categoria de “suportados”.

6. A BDJur no Superior Tribunal de Justiça

O conteúdo da BDJur/STJ é essencialmente formado por documentos jurídicos e administrativos, em formato digital, tais como trabalhos produzidos originalmente em formato eletrônico (CD-Rom, DVD), arquivos de áudio e vídeo, URL, entre outros. Eles representam um grande universo de recursos tais como manuais, palestras, discursos e artigos jurídicos em diversas abordagens como doutrina, jurisprudência e legislação. A submissão dos documentos eletrônicos deve sempre estar de acordo com a legislação autoral vigente.

Abaixo estão descritas algumas das Sub-comunidades e coleções criadas na BDJur do STJ. Elas foram organizadas de acordo com o interesse do Tribunal.

- **Sub-comunidade Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**
 - Coleção “Documentos Jurídicos”

Traz documentos jurídicos, em texto integral, de interesse para o Tribunal. Aqui é possível encontrar livros eletrônicos, artigos de periódicos, vídeos, palestras, discursos, fotografias, entre outros.

- Coleção “Links Jurídicos”

Possibilita o acesso a diversos sites de interesse jurídico e legal. Uma análise das páginas eletrônicas dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como de diversas instituições e entidades privadas é feita, buscando detectar o que há de relevante e de interesse para os nossos clientes virtuais. Pretende-se rastrear os caminhos e identificar os produtos e serviços eletrônicos disponíveis nos respectivos sites e oferecidos à sociedade, buscando, assim, facilitar o acesso a essas informações.

- Coleção “Repositório Institucional”

Traz a produção intelectual dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Trata-se de uma atribuição regimental (RISTJ art. 45, III) a manutenção, pela biblioteca, dos dados biográficos e bibliográficos dos Ministros. Tal serviço proporciona a disseminação e preservação da produção intelectual da instituição.

- Coleção “Juristas Renomados”

Seguindo o exemplo do Repositório Institucional, esta coleção busca divulgar os trabalhos de grandes juristas nacionais e estrangeiros. Um Comitê Editorial, formado por Ministros do Superior Tribunal de Justiça, irá escolher os componentes deste grupo.

- Coleção “Atos Normativos do Superior Tribunal de Justiça”

Esta coleção reúne todos os atos normativos produzidos pelo Tribunal, o que irá facilitar a busca e padronizar os formatos de divulgação das normas.

- Coleção “Teses Jurídicas”

Divulgação de teses de Doutorado e dissertações de Mestrado na área do Direito defendidas nas Instituições de Ensino no Brasil.

➤ **Sub-comunidade Núcleo de Planejamento**

Traz documentos que tratam do Modelo de Gestão do Superior Tribunal de Justiça, destacando a Missão, Visão de Futuro, Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas de Desempenho do Tribunal.

➤ **Sub-comunidade Secretaria de Recursos Humanos / Seção de Legislação e Jurisprudência (SELEJU)**

Este repositório traz toda a produção da Secretaria de RH de interesse comum aos colaboradores do STJ, assim como os andamentos das ações judiciais relativas à área de pessoal dos Magistrados e servidores da Casa e as decisões administrativas na área de pessoal.

7. Resultados e Benefícios

Os benefícios resultantes da criação do Consórcio BDJur foram:

- Possibilidade do Ministro do STJ acessar, em qualquer lugar, a qualquer tempo, a sua produção bibliográfica, e outra informação de seu interesse (através do Repositório Institucional – Coleção da Comunidade STJ);
- Descentralização das informações disponíveis no Consórcio – cada Comunidade armazena o seu documento primário em seu próprio banco de dados localizado em seu servidor;
- Aumentar o conteúdo de documentos jurídicos brasileiros disponíveis na Internet.
- Trabalho cooperativo entre os órgãos do Poder Judiciário;
- Serviço, em sua essência, gratuito para os usuários. Alguns documentos poderão ter os seus acessos restritos, decorrente dos Direitos Autorais envolvidos;
- Padronização da linguagem de alimentação e recuperação da informação na legislação, doutrina e jurisprudência, através de um Tesauro único;
- Buscas e consultas simultâneas a diversos acervos digitais - decorrentes do Protocolo OAI que possibilita a coleta dos metadados em diversos repositórios digitais;
- Utilização simultânea do mesmo documento por diversas pessoas (multi-usuário);
- Inclusão de diversos produtos e serviços eletrônicos da própria Instituição (integrando e unificando o que cada unidade realiza);
- Acesso ao texto completo do documento;
- Utilização de diversos suportes de registro da informação e diversos formatos de documentos;
- Adquirir conhecimento em criação e implantação de redes de informação jurídica;
- Introdução da Iniciativa do Livre Acesso ao Conhecimento no Poder Judiciário brasileiro;
- Contribuir à disseminação do Conhecimento Jurídico.

8. Conclusões

A observação das experiências e do desenvolvimento de sistema para implantação de repositório institucional indica a opção pela plataforma do software livre de

fonte aberto. O desenvolvimento e a customização destas ferramentas conduzem a resultados interessantes para as bibliotecas, com um mínimo de investimento.

A escolha do programa requer do bibliotecário responsável pelo projeto ter cuidados em relação ao estabelecimento de critérios a serem analisados. É importante considerar, na escolha, a cultura organizacional e o perfil do usuário.

Os repositórios digitais têm uma função importante no futuro das bibliotecas jurídicas brasileiras e há uma grande expectativa de uma colaboração produtiva entre os órgãos do Poder Judiciário nacional.

Atualmente, o DSpace é essencialmente usado, em diversos países, por instituições acadêmicas e de pesquisa. No Brasil, além do Superior Tribunal de Justiça, poucas instituições trabalham com o software. Temos a Universidade de São Paulo, a Universidade do Paraná, Universidade Católica de Brasília e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), todos usando o sistema para criar repositórios institucionais. O Superior Tribunal de Justiça é o primeiro órgão público, fora do universo acadêmico e de pesquisa, a adotar esta ferramenta. Este projeto é uma experiência única em implantação de uma rede de repositórios digitais institucionais no setor público com a adoção de tecnologia Open Source utilizando um sistema de harvester.

Consideramos, ainda, que a Iniciativa do Livre Acesso ao Conhecimento pode ser adotada em nossa área. Nossa missão não é baseada em pesquisa científica, mas o que o Poder Judiciário faz também contribui para o aprimoramento e desenvolvimento da Ciência Jurídica. Nosso Tribunal está disposto a adotar e promover esta iniciativa e buscar oferecer o maior benefício para o Direito e para a sociedade. Nesse diapasão, pretendemos encorajar nossos magistrados e juristas a publicar seus trabalhos seguindo a filosofia do Livre Acesso ao Conhecimento. Queremos criar um instrumento capaz de oferecer esta contribuição. Adotar esta filosofia pode trazer mudanças na disseminação do Conhecimento e contribuir para a otimização do acesso à informação jurídica.

9. Bibliografia Consultada

Alves, Jones Figueiredo. As Tecnologias da Informação a Serviço da Modernização do Judiciário. In: Reinaldo Filho, Demócrito (Coord.). **Direito da Informática**: aspectos polêmicos. Bauru, SP: Edipro, 2002. p. 55-62

Barker, Phillip. Electronic libraries: vision of the future. **The Electronic Library**, v. 44, n. 4, p. 221, Aug. 1994.

Benjelloun, Rida. Archimède: a Canadian solution for institutional repository. **Library Hi Tech**, v. 23, n.4, pp. 481-489, 2005.

Blum, Renato Opice (Coord.). **Direito Eletrônico : a Internet e os Tribunais**. Bauru, SP.: Edipro. 2001. p. 19-22

CAFÉ, L. et. al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: ENDOCOM – Encontro Nacional de Informação em Ciências da Comunicação, 13., 2003. Anais.... Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/2003/endocom/ENDOCOM_CAFE.pdf>

Ferreira, Sueli Mara S.P. Design de biblioteca virtual centrado no usuário. **CIONline**, v. 26, n.2, 1997. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 17 maio 2004.

Hess, Heliana Coutinho. **Acesso à Justiça por Reformas Judiciais**. Campinas, SP: Millennium, 2004. p. 193-196

Levacov, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução? **CIONline**, v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/260297/26029702.htm>>. Acesso em 6 maio 2004.

Nalini, José Renato. A Reforma da Justiça. In: Pinheiro, Armando Castelar (Org.). **Reforma do Judiciário**: problemas, desafios, perspectivas. Rio de Janeiro: Booklink, 2003. p. 81-91

Viana, M.M.M. **A Internet e o bibliotecário : a adequação de habilidades profissionais frente aos novos serviços**. Disponível em <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.asp?TEXTO=1159>>. Acesso em 30 abr. 2004.

Passos, Edilenice. **Doing Legal Research in Brazil 2002**. Disponível em: <<http://www.llrx.com/features/brazil2002.htm>>. Acesso em 11 abr. 2005.